

OS RIBEIRINHOS DO BAIXO SÃO FRANCISCO: OUTROS SENTIDOS DE SER

The riverine people of the lower São Francisco river: other senses to being

Maria Augusta Mundim Vargas¹

RESUMO

Neste artigo, discutimos os sentidos de ser ribeirinho, pela observação de que, além dos sujeitos que vivem nas margens do rio São Francisco, um contingente muito maior se beneficia de suas águas pelas adutoras que adentram os estados de Sergipe e Alagoas para o abastecimento humano e irrigação. Uma recente visita ao baixo curso do rio, em janeiro de 2019, provocou a seguinte indagação: quem bebe e se serve da água do rio São Francisco se reconhece como ribeirinho? Isso nos conduziu a uma pesquisa documental retroagindo à década de 1990, balizada por estudos sobre vivências e percepções das gentes sãofranciscanas. Partimos do pressuposto de que ser ribeirinho não se singulariza naqueles que habitam suas margens, pois os sentidos podem estar guardados na memória dos que habitam outras geografias ou, ainda, construídos pela percepção dos que margeiam as adutoras que bombeiam suas águas para milhões de sergipanos e alagoanos.

Palavras-chave: Sentidos de vivência. Sentidos da existência. Ser ribeirinho. Governança. Percepção.

ABSTRACT

This paper discusses the senses of being a riverine motivated by the observation that in addition to the people that live near the São Francisco riverbanks, a much larger population take benefits from its waters through the common pipelines of Sergipe and Alagoas states for human supply and irrigation. From a recent visit to the lower course of the river, in January 2019, we brought out the following question: who drinks and uses water from the São Francisco river is recognized as riverine? This led us to research the documents back to the 1990s, based on studies on the experiences and perceptions of the São Francisco river population. We start from the assumption that being riverine is not unique in those who inhabit its shores, because the senses may be stored in the memory of those who inhabit other geographies or, built by the perception of those who border the water mains that pump their waters to millions of people from Sergipe and Alagoas.

Keywords: Senses of life. Senses of existence. Being riverine. Governance. Perception.

¹ Geógrafa, professora da Universidade Federal de Sergipe. gutag8@hotmail.com.br.
✉ Rua Euclides Gois, 263, Aracaju, SE. 49035-310.

INTRODUÇÃO

A construção deste texto fluiu como o encontro das águas do riacho do Navio com o São Francisco e deste com o mar. Todavia, a força dessas águas já não é mais potente. O mar vem adentrando de tal forma que não se apercebe o estuário em um delta complexo, pois a força das marés vem batendo mais frontal onde, por exemplo, assentava-se o povoado Cabeço do lado sergipano de sua foz. Com o desmoronamento de suas margens na foz e o assoreamento de seu leito desde a Usina de Xingó, entre os estados de Sergipe e Alagoas, indaga-se: ribeirinho é somente aquele que vive às margens do rio ou, nesse caso do rio São Francisco, ribeirinho é aquele que tem as margens e as águas doces na lembrança? Indaga-se ainda: Quem bebe e se serve da água do rio São Francisco se reconhece como ribeirinho?

Nossa intenção é expor “para” os ribeirinhos as motivações que fizeram brotar histórias de vida, depoimentos e sentimentos “sobre” os ribeirinhos. Para os ribeirinhos e sobre os ribeirinhos. Aliás, associadas aos ribeirinhos, deparamo-nos com outras nomeações ou denominações tais como vazanteiros, ilheiros, buraqueiros, barraqueiros e beradeiros, fruto de estudos dentre os quais se citam as abordagens etnogeográficas de Almeida (2008), Souza (2011) e Silva e Vargas (2019).

É certo que vimos passar séculos sobre a geo-história dos ribeirinhos do rio São Francisco. O rio e os habitantes de suas margens são mostrados por muitas vozes e muitas abordagens políticas, econômicas, ambientais, geográficas, sociológicas, históricas, dentre outras. Gostaria de estar “com” os ribeirinhos que povoam tão vastas extensões de terras. A despeito disso, os ribeirinhos seguem estranhos e estrangeiros no sentido de que ainda necessitam ser estudados e entendidos. Será? Ora, os estudos e as abordagens continuam sendo

produzidos e afirmando os ribeirinhos como aqueles que são “de lá”, da beira do rio, aqueles de “outra geografia”. Por acaso suas vozes e suas histórias não são nossas vozes e nossas histórias? Por acaso os textos que produzimos há séculos ainda não permitem que os abarquemos conosco, como nosso, como nós?

Merleau-Ponty (1999, p. 99) discorre sobre o processo de produção pela fenomenologia da percepção e explica: “a experiência antecipa uma filosofia, assim como a filosofia nada mais é que uma experiência elucidada”. Comungamos com ele no que diz respeito à ênfase na experiência e vivência com as coisas, as pessoas e os lugares, pois “tomamos em nossas mãos o nosso destino, tornamo-nos responsáveis, pela reflexão, por nossa história [...] trata-se de um ato violento que se verifica **exercendo**” (MERLEAU-PONTY, p. 19, destaques acrescentados). Filosofar é também expor a experiência, o que se vive o que se viveu.

Consoante com Merleau-Ponty (1999), entendemos que a relação dos “de dentro” e os “de fora” não ocorra por justaposição, e sim que cada grupo seja ele mesmo, numa perspectiva do “Eu com o Outro” que distingue a visão do outro sobre mim e vice-versa. Isso posto, apresentamos as premissas e os limites deste texto. Primeiramente, ele não se constitui resultado de uma pesquisa e sim revelador da experiência e da vivência com o rio São Francisco. Recentemente, expus parte de minhas vivências com o rio São Francisco, refletindo sobre métodos e metodologias que conduziram meu olhar multiescalar para com os espaços e os territórios são-franciscanos (VARGAS, 2018). Aqui, o olhar volta-se para o ribeirinho. Mas o que é ribeirinho? Como descortinar os sentidos dessa palavra? O que ribeirinho contém ao ser abordado como conceito? O que está contido no contexto “ribeirinho do rio São Francisco”? O que é ser ribeirinho? É, pois, nosso propósito trazer vozes, ideias e opiniões sobre ser ribeirinho, lugar ribeirinho, espaço ribeirinho “de lá”, “para cá”, deixá-los próximos de nós, conosco.

A empreitada inicia com o desfecho dos conceitos basilares para que as vozes, as ideias e as opiniões sejam postas no contexto de meu olhar aberto ao diálogo. Iniciamos distinguindo o espaço ribeirinho que é dado para receber ações de fora daquele espaço que tem um significado para quem nele habita. O primeiro eu nomeio de espaço genérico que pode ser delimitado e dado à ação, que pode ser comandado e gerenciado a distância. São inúmeros os exemplos de intervenções definidas a distância e feitas no leito do rio e de seus afluentes, em suas várzeas e seus barrancos que influenciaram o modo de vida ribeirinho e provocaram desalojamentos e migrações².

O que simplifico aqui nomeando o espaço ribeirinho de genérico corresponde aos espaços planejados tomados como objeto do desenvolvimento. No momento em que se planeja uma estrada, uma barragem, um canal ou uma malha de adutoras, o espaço é abstrato: está na ideia, no papel e na prancheta. Quando se realiza essas obras, observa-se que o espaço real foi tratado pelo planejamento como genérico, pois as obras foram realizadas da mesma forma (técnica, tamanho, extensão, dentre outros aspectos) em vários espaços sem considerar as especificidades de sua geo-história, de sua cultura, de sua economia, de sua base social etc. No contexto do planejamento do desenvolvimento da bacia hidrográfica do rio São Francisco corresponderia às ações/intervenções iniciadas no século XIX, **grosso modo**, de regularização da vazão, desobstrução de leitos, construção de barragens de contenção e geração de energia, artificialização das várzeas, transposição de suas águas, etc., citando as de maior vulto e generalizadas em todo o vale e que incidiram em impactos no seu baixo vale.

² Citam-se documentos da década de 1990, com dados da macroeconomia e da população: Projeto Áridas (1994); IBGE (1991).

Contemporaneamente, há o entendimento desse espaço genérico como território de controle e de gestão das ações ou políticas. A esse respeito, vimos na história do pensamento da Geografia o conceito de espaço abstrato ser tratado pelo método positivista. Todavia, para Milton Santos (1996, p. 104), "o espaço é que reúne a todos, com suas múltiplas possibilidades, diferentes de uso do espaço (do território) relacionadas com possibilidades diferentes de uso do tempo". Já para Claude Raffestin (2010, p. 14), o espaço genérico é igualmente abstrato, é aquele que "é dado à ação" e o território é criado ou produzido pela ação". O espaço genérico ou abstrato seria, então, aquele teoricamente imaginado ou proposto no contexto do planejamento do desenvolvimento. Assim, sob a perspectiva dos governos que planejaram e executaram inúmeros projetos que afetaram suas águas e margens, o rio São Francisco constitui território de controle do gerenciamento à gestão de suas águas e de suas terras. São territórios criados e produzidos em decorrência de suas ações.

No entanto, para os que nascem e vivem nas beiradas do rio, independentemente desses projetos, o espaço é dotado de outros valores. Nesse contexto, a delimitação do espaço genérico não pode ser medida, não é palpável. O ribeirinho, como ser habitante, e a área de beira de rio passam a ser entendidos como inseridos em um território relacional, como um contexto em permanente produção. Nesse sentido, Claude Raffestin (2010) coloca que um conceito vai puxando o outro, ou seja, cada conceito tem origem em outro. Para ele é útil diferenciar o território do espaço em diversas situações. Se o espaço está posto, ele existe. Mas, as relações empreendidas entre as pessoas e suas representações criam e constroem territórios que são "dados à ação" ou "criados ou produzidos pela ação". Rogério Haesbaert (2016, p. 27) também entende a utilidade de se distinguir conceitos, no caso, território e lugar, pois ao tratar o

espaço geográfico por intermédio do conceito território, enfatiza-se “as questões envolvendo as relações entre espaço e poder” e, ao se debruçar sobre o lugar, prioriza-se “um determinado olhar para o espaço que destaca sua dimensão cultural-simbólica, o vivido, onde a construção identitária é um elemento fundamental”.

É esse o outro significado de espaço. O espaço que tem sentido para quem nele habita. À medida que o espaço adquire significado e formas simbólicas ele é tomado como lugar de morada, lugar de memória, lugar identitário. Para Yi-Fu Tuan (1983), ao tratar a perspectiva da experiência entre espaço e lugar, essa compreensão ocorre quando dotamos o espaço de valor.

Na Geografia de meu entorno e pela intimidade com o pensar de Maria Geralda de Almeida, devido ao convívio em inúmeras entradas pelas terras e incontáveis encontros com as gentes do São Francisco e dos gerais, segue um breve alinhamento dos constitutivos de território com destaque para sua dimensão cultural-simbólica: i) um modo de vida particular é mediatizado pela cultura (CLAVAL, 1999); ii) o território é objeto de operações simbólicas e se associa à noção de geossímbolo³ (BONNEMAISON, 2002); iii) “o território é antes de tudo uma convivialidade, uma espécie de relação social, política e simbólica que liga o homem à sua terra e, simultaneamente, estabelece sua identidade cultural” (ALMEIDA, 2018, p. 298-299). De fato, viver com o rio São Francisco engendra um modo de vida particular; ele é a fonte do significado da paisagem; é ele que representa as experiências e as histórias individuais e coletivas, bem como é singularmente colocado nas narrativas dos sujeitos ribeirinhos pelos sentimentos de pertencimentos.

³ Joël Bonnemaïson (2002, p. 105) expressa o termo geossímbolo como aquele “representado por pontos fixos, como construções, caminhos, formas do relevo, rios, árvores, estradas, e itinerários reconhecidos, traçando na superfície uma semiografia engendrada por símbolos, figuras e sistemas espaciais”.

É, pois, pelos limites do delineamento das áreas ribeirinhas como espaço gestado “de fora” e dos ribeirinhos como detentores de um modo de vida particular mediatizado pela cultura e pelo significativo geossímbolo que lhes margeia em rio – o Velho Chico/São Francisco – que desenvolvemos as partes do texto.

Após esta introdução, apresentamos a atuação dos governos dos estados de Alagoas e Sergipe, pela construção de adutoras que transportam as águas do rio São Francisco para milhões de pessoas ampliando sobremaneira seu alcance e sua abrangência. Sequenciamos o texto com as vozes de ribeirinhos e de estudiosos sobre o rio e, com elas, os significados e os sentidos atribuídos, no tempo e no espaço, ao seu baixo curso situado após a usina hidroelétrica de Xingó. Em ambas as partes, questionamos a existência do rio colocando em contraponto funcionalidades e sentimentos que procuramos alinhar na quarta parte, trazendo conjecturas sobre esses dois contextos para, enfim, tecer nossas considerações finais.

O RIBEIRINHO QUE NÃO VÊ O RIO: CADÊ O RIO?

Esta indagação fez-me recordar de nossa atuação na década de 1990, na Universidade Federal de Sergipe, em pesquisas, em movimentos sociais, em eventos e até mesmo como integrante de equipe de consultores acadêmicos para o Ministério do Interior, quando se discutiu acerca dos engajamentos, das resistências e dos conflitos decorrentes do então projeto de transposição do rio São Francisco. À época questionei: há excedente de água no São Francisco que permita demanda cada vez mais crescente, sabendo-se que as previsões abarcam além da irrigação o abastecimento urbano de 220 municípios? Até que ponto a geração do complexo Paulo Afonso e Xingó, bem como os projetos de irrigação e os sistemas de abastecimento d’água

já instalados e programados serão atingidos? (VARGAS, 1995). Essa última questão foi colocada devido à divulgação dos governos de Sergipe e Alagoas de que o abastecimento de água de grande parte de suas respectivas populações urbanas e de seus projetos de irrigação se daria, como se concretizou, pela implantação de sistemas de adutoras com pontos de captações das águas do rio São Francisco em vários locais ao longo de ambas as margens a jusante da usina de Xingó.

As adutoras foram planejadas e construídas de acordo com as necessidades dos governos estaduais, ou seja, o espaço real foi tratado pelo planejamento como genérico. A malha de adutoras é exposta nos sites das companhias de saneamento de Alagoas e Sergipe, pelos vários projetos dos governos. Pelas informações constata-se que, desde a década de 1980, vêm proporcionando a irrigação de terras semiáridas e o abastecimento humano até distâncias em que as tecnologias de bombeamento permitem.

Nesse contexto, questiona-se a ausência de informação sobre os limites de captação das águas do rio São Francisco, considerado como rio de abrangência Nacional pela Agência Nacional das Águas (ANA). Quantos metros cúbicos os estados de Alagoas e Sergipe podem retirar do rio, sabendo-se que, na última década, sua "oferta" após a usina de Xingó oscilou entre 550 a 1000 m³? Existem planos de ampliação da malha de adutoras e de implantação da área irrigada?

Retomando nossas considerações sobre o espaço reafirma-se que à época do planejamento das adutoras e dos projetos de irrigação, o espaço era tomado como abstrato e a malha de dutos era proposta com base em escopos gerais, tais como: abastecerá milhares de pessoas; garantirá o abastecimento; ampliará a área agrícola; gerará empregos, dentre outros. O que isso significa? Dito em outras palavras, significa que as águas correntes do rio São Francisco foram tomadas como a mais significativa solução para suprir a demanda de água das

populações urbanas em franco crescimento, bem como para ampliar a área agrícola do semiárido com a irrigação.

Ora, são colocações genéricas e impressas em discursos políticos com a indicação de beneficiamentos e beneficiários em números, sem consideração de cenários futuros de demanda, de oferta, de outras soluções conjuntas, de impactos nas comunidades e na ictiofauna, para citar alguns aspectos. As adutoras "cortam" os estados, elas são reais, estão postas, porém, frisa-se, foram projetadas teoricamente. Exemplo dessa desconsideração é a ausência de diálogo entre os estados de Alagoas e Sergipe sobre o abastecimento de água; representados neste setor, respectivamente, pela Companhia de Águas e Saneamento de Alagoas (Casal) e pela Companhia de Saneamento de Sergipe (Deso). Cada estado fez seu planejamento considerando suas demandas⁴. No presente, ao término da segunda década dos anos 2000, ainda não levam em conta a capacidade do rio e os problemas de diminuição da vazão decorrentes de secas e crises hídricas ocorrentes a montante, pois permanecem retirando do rio o volume necessário para o abastecimento. A tabela 1 mostra essa demanda.

Em síntese, os 33 municípios sergipanos e os 39 alagoanos que são abastecidos com as águas do rio São Francisco correspondem a, respectivamente, 44,0% e 38,2% do total dos municípios dos estados. No entanto, observa-se que esses municípios ocupam 43,1% da área de Sergipe e 52,0% da área de Alagoas e, ainda mais importante, é a sinalização de que 56,4% de sergipanos e 27,2% de alagoanos recebem abastecimento das adutoras que captam águas do rio São Francisco. Diante desses quantitativos não se admite normal, regular, usual e

⁴ Consideramos, neste texto, apenas a captação de água para abastecimento das companhias de saneamento e, portanto, ressaltamos que milhões de metros cúbicos de água são captados pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) e por outras instituições estaduais para suprir suas demandas, em ambas as margens.

Tabela 1 – Demanda de abastecimento Sergipe/Alagoas

Adutora	Nº sedes	Nº povoados	População
SERGIPE (DESO, 2006-2015; IBGE, 2018)			
Integrada São Francisc ⁰¹	4	13	903 980
Sistema Integrado Sertaneja e Semi-integrada Escurial, Borda da Mata, Lagoa Funda ²	8	114	54 568
Sistema Integrado do Semiárido e Semi-integrada de Gararu, Genipatuba ³	10	91	137 432
Integrada do Alto Sertão e Semi-integrada Cajueiro, Curralinho, Bom Sucesso, Niterói ⁴	3	58	78 029
Integrada Canindé do São Francisco	1	8	29 430
Integrada de Propriá ⁵	3	4	38 643
Integrada Santana do São Francisco e Semi-integrada Saúde e Mussuípe	1	2	7 714
Semi-integrada Neópolis e Betume	1	2	18 964
Semi-integrada Brejo Grande e Saramém e Ilha das Flores	2	5	16 783
Subtotais dos sistemas de adutoras	33	297	1 285 543
Totais de Sergipe	75	<i>s/i</i>	2 278 308
ALAGOAS (CASAL, 2014; IBGE, 2018)			
Sistema coletivo da bacia leiteira ⁶	19	<i>s/i</i>	284 874
Sistema coletivo do sertão ⁷	9	<i>s/i</i>	177 976
Sistema coletivo do agreste ⁸	11	<i>s/i</i>	450 970
Subtotais dos sistemas de adutora	39	<i>s/i</i>	913 820
Totais de Alagoas	102	-	3 322.820

Fonte: CASAL (2019); DESO (2019); IBGE (2018).

Org.: M. A. M. Vargas.

1-Abastece Aracaju, Nossa Senhora do Socorro, Barra dos Coqueiros e Malhada dos Bois. Além dos 13 povoados foi considerada a população (40 mil) de bairros do município de São Cristóvão situados na zona de expansão da capital Aracaju. 2-Abastece Aquidabã, Amparo do São Francisco, Canhoba, Feira Nova, Gracho Cardoso, Itabi, Nossa Senhora de Lourdes e Cumbe. 3-Abastece Carira, Frei Paulo, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora Aparecida, Pinhão, Pedra Mole, São Miguel do Aleixo, Ribeirópolis, Moita Bonita e Gararu. 4-Abastece Monte Alegre de Sergipe, Porto da Folha e Poço Redondo. 5-Abastece Propriá, Telha e Cedro de São João. 6-Abastece Batalha, Belo Monte, Cacimbinhas, Carneiros, Dois Riachos, Jacaré dos

natural o texto do site da Casal (2014) que explicita “a existência do rio São Francisco como único manancial com vazão segura em toda a região do semiárido alagoano e a escassez de mananciais, mesmo na área do Agreste, determina a existência dos sistemas coletivos”. E, o mesmo pode ser considerado para a realidade sergipana.

É fato a ausência de planejamento, gestão e governança que considerem a realidade de escassez nas ações atuais e a na busca de soluções alternativas e complementares que suspendam a continuidade de captação das águas do rio São Francisco. É fato a manutenção e persistência desse rio como único manancial sem que planos de governo e projeções das companhias de abastecimento considerem propostas de captação de águas subterrâneas, o que, no nosso entendimento, é mais importante e premente, bem como sistemas singelos de abastecimento; barreiros de salvação em leitos intermitentes; dessalinização; revegetação de cabeceiras; ampliação e melhoramentos tecnológicos de cisternas de captação de água de chuva, dentre outros.

A grandiosidade da malha de adutoras – em quilômetros de linha e área ocupada – talvez explique a desconsideração ou secundarização de outras soluções. Pode-se aqui traçar um paralelo com o planejamento da matriz energética brasileira, que priorizou grandes usinas hidrelétricas com a justificativa da

Homens, Jaramataia, Major Isidoro, Maravilha, Monteirópolis, Olho d’Água das Flores, Olivença, Ouro Branco, Palestina, Pão de Açúcar, Poço das Trincheiras, Santana do Ipanema, São José da Tapera e Senador Rui Palmeira. 7-Abastece Água Branca, Canapi, Delmiro Gouveia, Pariconha, Inhapi, Mata Grande, Olho D’Água do Casado e Piranhas. 8-Abastece Arapiraca, Campo Grande, Craíbas, Feira Grande, Girau do Ponciano, Igaci, Lagoa da Canoa, Olho D’Água Grande, Piaçabuçu, São Brás e Traipu.

abundância do “recurso” água no país, não obstante, atualmente, já se considere equivocada a grandeza de muitas barragens. No entanto, ainda desconsideram as singularidades e a diversidade de soluções que permitem compatibilidades entre múltiplas escalas da operacionalização tecnológica. Como exemplo da realidade do São Francisco como único manancial, entende-se que, sem eliminar o atual sistema de abastecimento, a captação de águas subterrâneas, bem como a instalação de sistemas singelos de captação de águas de chuva e de poços, em pequena escala e multiplicada, acarretaria o prolongamento temporal do abastecimento de milhares de pessoas pelas adutoras⁵.

O que se planeja, abstrata e genericamente, é sobredeterminante ao espaço real, às socioespacialidades. Tomar e manter o rio como um espaço de gestão e controle da malha de adutoras e de canais de irrigação implica a permanência do problema da concentração de renda e da destruição dos lugares de sentido para populações.

O traçado das adutoras e a importância do rio São Francisco para o abastecimento permite-nos questionar: a população abastecida pelas águas do rio São Francisco pode e deve ser considerada como ribeirinhos que não veem o rio? Quem não vê o rio não é ribeirinho? Podem ser considerados como ribeirinhos “de fora” aqueles que não veem o rio São Francisco, mas que consomem suas águas sem, contudo, usufruir dos espaços ribeirinhos, conhecer a cor de suas águas, sentir os ventos de rio e viver em suas margens? Quem não conhece o ribeirinho e o considera “de lá” da beira do rio é, para o ribeirinho, aquele “de fora”

⁵ Pontua-se aqui a importância das análises de riscos que, embora extrapolem o nosso foco de discussão, merecem citação no que diz respeito à associação das teses sobre mudanças climáticas, quanto à variabilidade e à intensidade dos fenômenos climáticos, com as reduções drásticas nas vazões da barragem de Xingó e o quanto podem implicar graves consequências.

da beira do rio, mas que, cotidianamente, bebe de sua água subtraída pelos visíveis canos e bombas.

Tamanha dependência a um “recurso” finito nos coloca em situação de extrema fragilidade, pois considera o rio como único manancial de abastecimento dessas cidades e desses povoados interligados por adutoras e, nós, como incapazes de considerar o rio como um bem que fornece àqueles “de lá de suas margens” o sentido de ser ribeirinho, como também à nós, “os de cá das beiras das adutoras”. Poderia ou deveria então considerar como ribeirinhos os milhares de sergipanos e alagoanos que são abastecidos com as águas do São Francisco e outros tantos que cultivam milhares de hectares de terras com sistemas de irrigação? Para corroborar, portanto, a discussão, indaguemos: O que é ser ribeirinho do rio São Francisco? Quem se serve da água do rio São Francisco pelas adutoras e canais de irrigação agrícola é ribeirinho?

QUEM VÊ, OLHA E ENXERGA O RIO: QUAL RIO?

Quem vê o rio, quem olha nele a razão de seu dia a dia e enxerга o rio São Francisco como herança de seus antepassados, certamente, é do rio. Rio adentro, ele é também ribeirinho, beiradeiro, ilheiro, vazanteiro, barranqueiro. As falas que reescreveremos a seguir soam como eco do rio no presente e na memória dos ribeirinhos. Mostraremos depoimentos das três últimas décadas, de modo que é possível perceber um fio condutor do qual se extrai repetição e mesmice ao tempo em que o rio permanece como referência, mas também como referente do passado.

Ivo das Chagas (2014, p. 2) considera o rio São Francisco como “construtor de uma surpreendente civilização barranqueira” e desenvolve o texto de um modo particular, como se esse tivesse voz e memória, pois,

Os ribeirinhos do Baixo São Francisco: outros sentidos de ser
 Maria Augusta Mundim Vargas

[...] quem conhece o meu vale e sua história há de se admirar da incrível transformação do colono de um modo geral e do vaqueiro em particular, em tropeiros, carreiros, boiadeiros, amansadores de animais bravios, fazendeiros, canoeiros, barqueiros, pescadores, agricultores [...] cepa de gente forjada a ferro e fogo, resultante da mestiçagem do branco aventureiro com o indígena rebelde e em menor grau com o africano sedicioso [...] este é o meu povo, esta é minha civilização. Civilização hoje muito falada, barrancas muito comentadas, povo ainda esquecido, vida pior do que a de antanho (CHAGAS, 2014, p. 37-40).

O vale do rio São Francisco, em seu último trecho, após a barragem de Xingó, atravessa os domínios morfoclimáticos do mais árido ao litoral úmido, registra Vargas (2003, p. 117): “essa decalagem pode ser observada pelas características da paisagem que de oeste para leste e no sentido das águas, descortina as caatingas, as matas galerias, os cerrados, as restingas e os manguezais”. Como assinala Trigueiros (1977, p. 16,17),

[...] o vale do São Francisco no que pesem as leves variações ocorrentes não é apenas um todo econômico e social, mas também, e sobretudo, um todo dialetal inconfundível. As atividades [...] da vida originaram hábitos e costumes eminentemente próprios [...] engendrando uma forma toda especial e característica de expressão, acabaram por se incorporar à personalidade do sãofranciscano.

É assim que se descortinam a herança e os modos de vida sob o olhar daqueles que atinaram para a função das canoas de tolda e das chatas que subiam e desciam o rio:

O tempo corria mais macio e o final de ano, uma boa cheia, que dava uma boa colheita e mesa farta pro povo da margem, com peixe bom e assim, com a produção da praia ao sertão, nas lagoas, nas várzeas, vinha o movimento das canoas, de rio acima, de rio abaixo carregando de um tudo: tijolo lá do Pantaleão, do

Mato da Onça, pedra da Tabanga, madeira, telhas e macaxeira, o embu, o feijão de corda, tudo coisa do sertão, e todo o mangaio da praia: peixe seco do mar, coco, camarão do mar, manga das ilhas, sim, mangaba, esteira das taboas dos brejos da várzea do Betume, sal das salinas, esteira bem cheia, vassoura de piaçaba, pense numa vassoura boa, essas de plástico de hoje não valem uma bosta. E arroz muito (Depoimento colhido por RIBEIRO JUNIOR⁶, 2018, p. 72, Baixo São Francisco).

Pelo rio o movimento da vida é medido por quem espia o vai e vem de canoas e barcos com gentes, coisas, novidades e histórias. Pelo rio, o tempo histórico é “medido” como movimento, duração, sequência, cronologia, periodização, como colocam Saquet et al. (2010). Em janeiro de 2019, a moradora do povoado Bom Sucesso/SE, na margem sergipana, com seus 84 anos, expressou como guarda o rio São Francisco em suas memórias. Ela relata sua vida entre a caatinga e a beira do rio. O pai foi vaqueiro e pescador. Na caatinga, viviam em casa dos patrões enquanto o pai se ocupava com a lida do gado, mas na beira do rio desse povoado, a casa era dele,

Quer dizer, nossa, porque agora ela é minha que herdei. Quando tinha condições, mãe plantava um arroz ali atrás na lagoa; no rio Deus me livre de chegar muito perto para nadar, colocavam muito medo em nós. Mas era verdade! O rio era forte e cheio e perigoso, dava medo mesmo. Olha ali no fundo de minha casa aquela pedra de junto do girau: ali batia o rio e era ali que nós lavava a louça e as panelas e, aquela árvore (aponta) lá em baixo da rua, era onde amarravam as canoas. Até eu crescida foi assim, uns tempos lá no alto das caatingas e outros aqui em baixo, na beira do rio. Pai e mãe agarrado em nós que nem aprendemos a ler (Depoimento colhido por SILVA e VARGAS, 2019, p. 6, Bom Sucesso, povoado de Poço Redondo/SE).

⁶ Ribeiro Junior centraliza seu texto nas idas e vindas de Canoas de Tolda, nas vivências com o Rio São Francisco sobre e com as Canoas de Tolda. No curso de seu texto, cita povoados e sedes de Piranhas à foz e, por esse motivo, sinalizamos, genericamente, Baixo São Francisco.

Ser pescador representa o rio e é ser representado por ele, pela herança e pelas vivências. Para Leff (2001) o *habitat* é definido ao ser habitado, o que possibilita criar hábitos e os sentidos da existência, de existir, de ser-no-mundo, como coloca Heidegger (1995). É, pois, pelas formas de apropriação do ambiente que identificamos os ribeirinhos:

Eu conheço as beiras desse rio todinha, é só proa. Ninguém pesca quase nada, depois desse mato que tá crescendo no rio, ninguém pega peixe. No meu tempo eu alcancei o navio chegando aqui, passando pelo Escurial. O navio vinha cheio de médicos. Peixe era só do muito e hoje mudou tudo. (Depoimento colhido por SILVA e VARGAS, 2019, p. 7, Rabelo, comunidade de Traipú/AL).

Eu sou criado aqui, nasci e me criei no rio. Pesco desde 15/16 anos, tô nessa idade e não quero dexá, eu não deixo, gosto de pescaria, mesmo que o que a gente pega só dá para comê. Aprendi a pesca com a natureza e minha cabeça mesmo. Meu tio e minha mãe pescava de gereré na lagoa, eu via aquilo [...] aí a veia morreu, eu fiquei com meu pai (Depoimento colhido por VIEIRA⁷, 2004, p. 89, Baixo São Francisco).

A pesca tem futuro, mas não garante emprego ou meio de vida para muitos, primeiro porque o pescador não pode ser preguiçoso nem medroso, tem que enfrentar o rio (Depoimento colhido por VARGAS, 1999, p. 193, Canindé do São Francisco).

Nós era parceleiro do projeto da Codevasf e agora nós está no novo projeto como agricultores, mas desde criança somos pescadores. Todo mundo tem carteirinha do Ibama e apesar da pesca tá fraca, sempre dá uma coisinha (Depoimento colhido por ALMEIDA e VARGAS, 1999, p. 62, Povoado São Pedro, Propriá/SE).

⁷ Falas extraídas dos mapas do tempo elaborados por Vieira (2004), que privilegiou o sexo e a idade dos entrevistados. Os 23 depoimentos que compuseram a coleta de seu estudo foram colhidos “nos municípios sergipanos de Própria, na sede de Santana do São Francisco e no seu povoado Nossa Senhora da Saúde” (Vieira, 2004, p. 43). Por esse motivo, sinalizamos Baixo São Francisco como a localização das entrevistas feitas por essa autora.

Saquet et al. (2010, p. 56-57) salientam o caráter histórico dos territórios e das territorialidades e asseveram ser o tempo processualmente relacional: “é o efetivar-se do tempo histórico e das coexistências, pois vivemos diferentes temporalidades (históricas e simultâneas, com diferentes ritmos, uns mais lentos, outros mais rápidos) e territorialidades em distintos momentos”. As experiências e as histórias individuais e coletivas saltam nas narrativas dos ribeirinhos,

A festa de Bom Jesus dos Navegantes é a vitrine de Propriá/SE para o país, é a maior identidade cultural do município. A procissão fluvial é acompanhada por muitos barcos e mais de 30 canoas e enquanto ela passa acontece a disputa de fogos (Depoimento colhido por VARGAS e NEVES, 2009, apêndice do relatório, Propriá/SE).

A festa de Nossa Senhora da Saúde, padroeira de Piranhas/AL reúne moradores, visitantes e os filhos da terra que revisitam a cada ano. Os parentes, os lugares, a infância e as orações são revisitados na festa que dura 7 dias (Depoimento colhido por SILVA e VARGAS, 2019, p. 7, Piranhas/AL).

Desde quando eu era pequeno, Santana do São Francisco já se destacava pela produção de artesanato de argila. É a antiga tradição e o ofício é aprendido na própria família. Eu comecei como candango e hoje já passei meu conhecimento para um candango que prepara o barro e faz acabamentos (Depoimento colhido por VARGAS e NEVES, 2009, apêndice do relatório, Santana do São Francisco/SE).

O bordado Boa-Noite é muito antigo e hoje ele e as peças dos artesãos de madeira deixaram a Ilha conhecida em muitos lugares. Pode pesquisar na internet que vai encontrar notícia sobre o artesanato da Ilha do Ferro (Depoimento colhido por SILVA e VARGAS, 2019, p. 6, Ilha do Ferro, povoado de Pão de Açúcar/AL).

O João Valentim é o sétimo filho homem que vira em lobisomem em dia de lua ou quando tem precisão. Ele vira um enorme cachorrão, porque dizem que o irmão mais velho tinha que ter

Os ribeirinhos do Baixo São Francisco: outros sentidos de ser
 Maria Augusta Mundim Vargas

batizado ele. Ainda tem quem conta essas histórias da avó; é que o povo mais velho fazia isso com a gente para assustar segurar em casa e não faltar com os mais velhos (Depoimento colhido por ALMEIDA e VARGAS, 1997, Gararu/SE).

O João Valentim bateu aqui na minha porta por duas vezes. Uma vez na porta do fundo e poucos dias depois, vi ele pela janela da frente. Nesses dias dormimos eu, a mulher e os filhos numa esteira tudo amontoado (Depoimento colhido por SILVA e VARGAS, 2019, p. 8, Mocambo, povoado de Porto da Folha/SE às margens do São Francisco).

Com efeito, as histórias sobre o rio São Francisco dão sentido à sua reprodução como referente da vida, como substrato de um modo de vida. Para Almeida (2005, p. 109), “território ele o é, para aqueles que têm uma identidade territorial com ele, o resultado de uma apropriação simbólico-expressiva do espaço, sendo portador de significados e relações simbólicas”, tal como Stuart Hall (1999, p. 76) abarcou o sentido do lugar como familiar, específico e delimitado (Figura 1).

Os sentidos da existência e a familiaridade com o lugar são apreendidos pelas narrativas:

A beira do rio aqui tem pouca várzea por causa do barranco alto. O rio era bom de peixe nas cheias entre novembro, mas agora depois do enchimento do lago Xingó, a água tá tão controlada que não dá mais cheia (Caniné do São Francisco, entrevistado por Vargas, 1999, p. 192).

A morada no beijo do rio é uma graça de Deus, mas o tempo não tá bom, ninguém vive mais só da pesca. Eu mesmo botei um bar na beira do rio pra vê se as coisas dão uma melhorada. Quando o rio enchia os caldeirão [lagoa/várzea], era só fartura, camarão só do muito (Depoimento colhido por SILVA e VARGAS, 2019, p. 8, Barra do Ipanema, povoado de Belo Monte/AL).

A gente toda daqui plantava arroz nas lagoas. Mas o rio não bota mais cheia e aí ficamos de alugado e de meeiro de feijão e mandioca, quando dá. Antigamente a pesca era melhor porque a cheia era da natureza com água barrenta. Agora a cheia é de água limpa e o peixe vem menos (Depoimento colhido por VARGAS, 1999, p. 200, Povoado Lagoa primeira – Gararu/ SE).

Tem horas que dá vontade de chorá de raiva. Meu barco tá passeando, tão fazendo turismo com meu barco, por falta de condição que o rio oferece (Depoimento colhido por VIEIRA, 2004, p. 88, Baixo São Francisco).

Faço barco e coisas de casa também, me viro trabalhando de garçom. Meu menino de 17 anos, fiz um barco para ele. Ultimamente sinto uma tristeza só, se tem uma coisa que eu gosto é do rio, é pesca. Se eu enricasse não pescava pra viver, vivia pra pesca, mas o rio morreu, acabou (Depoimento colhido por VIEIRA, 2004, p. 94, Baixo São Francisco).



Figura 1 – Apropriação simbólico-expressiva do espaço pela forma do olhar e mostrar o rio.

Fonte: C. B. Silva, 2019.

Os ribeirinhos do Baixo São Francisco: outros sentidos de ser
 Maria Augusta Mundim Vargas

Tem bastante significado apesar de ter vivido em outros lugares. Embora o município trabalhe em passos lentos em termos de estrutura vale a pena morar aqui (Depoimento colhido por VARGAS e NEVES, 2009, apêndice do relatório, Brejo grande/SE).

Aqui tudo é ribeirinho onde a população vive da pesca e da rizicultura, mas a grande geração de renda está no serviço público (Depoimento colhido por VARGAS e NEVES, 2009, apêndice do relatório, Ilha das Flores/SE).

No entendimento de Merleau-Ponty (1999), perceber as coisas e o mundo não resulta em olhar, mas na maneira que olhamos, como acolhemos o que se percebe traduz, portanto, a existência em suas diversas situações. Assim, os ribeirinhos percebem o rio e se percebem:

Esse município já foi bonito agora está decadente. Alguns eventos importantes deixaram de existir como desfile cívico e o terço das almas. Se acabou a única produção agrícola que era o arroz. Deixaram de plantar arroz para capineiro para o gado. Os maiores donos das terras são pessoas de fora da cidade que não tem interesse no desenvolvimento local (Depoimento colhido por VARGAS e NEVES, 2009, apêndice do relatório, Amparo do São Francisco/SE).

Todas as casas da "rua" da frente- a gente diz para a frente do rio, para a praia, estão assim fechadas porque os donos não moram aqui. Visitam nos finais de semana, férias e festas. O povo daqui foi vendendo as casas, indo embora e os que ficaram construíram lá atrás (Depoimento colhido por SILVA e VARGAS, 2019, p. 6, Curralinho, povoado de Poço Redondo/SE).

Desde quando começou a hidrelétrica de Paulo Afonso, foi a mais próxima, foi a que maltratou mais gente, faltou toda espécie de peixe (Depoimento colhido por VIEIRA, 2004, p. 85, Baixo São Francisco).

Eu pescava xira, piau, robalo agora não encontra mais não, o peixe de agora é tucunaré, uma tilapiazinha que botaram. De

repente ninguém pode mais pescar no rio, tá demais o mato, não pega mais peixe. É uma diferença muito grande de antes, é grande mesmo (Depoimento colhido por VIEIRA, 2004, p. 113, Baixo São Francisco).

A última enchente que nós tivemos aqui tá com 12 anos. Se fosse para sobreviver do peixe desse rio nós já tinha morrido (Depoimento colhido por VIEIRA, 2004, p. 121-122, Baixo São Francisco).

Dizem que o rio tem surubim comedor de gente, Nego D'Água e Mãe D'Água que afugentam os que não respeitá o rio, mas é que eles vão pescar e não encontram nada porque o rio está poluído (Depoimento colhido por ALMEIDA e VARGAS, 1999, p. 32, Brejo Grande/SE).

Antigamente a gente passava com lancha pra lá e pra cá. Lá na formozinha, tem um canal pra sair, lá na frente de Propriá, já não passa. Tem aquele outro, um canalzinho da Itiuba que entrava pra sair na frente, de frente pra Belém, já não passa. Tem é muitos canal, tudo é ilha, tudo, tudo. Às vezes é fundo e não pode andar, que é um cabelo que só, pensa que é raso e sai o remo todo. Tem que andar pelos locais que hoje está morto pra filmar e passar na televisão, ói esse local era que o rio tinha tantos metros de fundura e hoje praticamente soterrado, entendeu? O navio passava no porto de Penedo, hoje o porto tá lá que é só crôa, só ilha, e o navio passava por lá. O rio tá sem força, o rio corre pouco todo cheio de recanto, todo cheio de parada. Agora é garrafa de plástico, pneu velho, é pedaço de ferro (Depoimento colhido por VIEIRA, 2004, p. 126-127, Baixo São Francisco).

Com essas colocações, buscamos expor a construção de um ambiente cultural que guarda suas tradições com o rio impressas nas procissões, nos (des)entendimentos sobrenaturais, nos desenhos dos bordados, nas formas das peças, nessas e, como demonstrado mais acima, em tantas outras práticas com e pelo rio. Intencionalmente, procuramos as vozes dos ribeirinhos sobre determinados assuntos em tempos distintos, de 1997 a 2019.

Nesse sentido, destacamos algumas características da cultura que nos permite entendê-la como viva, em constante movimento. É a história que dá sentido à reprodução de algo, com ou sem mudanças significativas. É o peso da história que preserva o sentido de uma determinada expressão cultural de geração a geração, e é no curso da história que se recria uma nova expressão cultural que automaticamente é inserida na história.

Destacamos também, a capacidade que os ribeirinhos têm de ressignificar suas histórias, e técnicas, criando expressões culturais únicas. O rio São Francisco é, pois, a herança e o modo de vida, a fonte do significado da paisagem, a representação das experiências e das histórias individuais e coletivas.

RIBEIRINHO DA BEIRA E DE ALHURES

Aportamos com essas informações dois caminhos constitutivos e construtivos do espaço, que, como já mencionamos inicialmente, traduzem a parcialidade de meu olhar focado nas trajetórias do rio que adentra espaços de Alagoas e Sergipe pelas adutoras e do rio cujo leito se distancia dos ribeirinhos e cujas águas rasas não mais escondem peixes. De pronto, questiona-se: seria possível a ocorrência de diálogo entre governos e os estados de Alagoas e Sergipe utilizando-se das implicações técnicas, administrativas e conceituais de uma governança e que abrangesse, para além das estruturas estatais (e das políticas públicas), a participação das comunidades, instituições privadas e sociedade civil?

Estaríamos conjecturando ou sinalizando que é possível a governança qualificar a capacidade do poder público com mecanismos institucionais e acordos informais? É possível efetivar a governança em que pesem: i) a análise e o esclarecimento dos papéis dos atores, dos

mediadores, dos programas, dos trabalhos e das relações existentes e ii) a prática e o reconhecimento da reciprocidade de interesses e da colaboração entre as instâncias decisórias?

Braghini (2016) apresenta conceitos e reflexões sobre governança em áreas protegidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Por extensão, entendemos margens e ribeirinhos como territórios especiais merecedores de políticas de preservação e de conservação que considerem o trabalho, os mediadores e os programas como “tríade fundamental dos meios de intervenção no ambiente geral” (RAFFESTIN, 2010, p. 19). Em 2009, Fonseca e Bursztyn (2009) já haviam sinalizado que a banalização no trato e no uso da sustentabilidade em manuais de boa governança, igualmente pertinente para os territórios ribeirinhos aqui considerados, dificulta a eficácia e a prática de políticas ambientais de desenvolvimento. Para esses estudiosos, a efetividade da boa governança “não depende da quantidade de critérios, mas sim de sua pertinência e factibilidade” (FONSECA; BURSZTYN, 2009, p. 34) e, sugerem como referencial de ação e entendimento a noção de governança suficientemente boa tal como proposta por Grindle (2007). Fonseca e Bursztyn (2009, p.37-38), ao analisarem o referencial da boa governança nesse autor, mencionam que “não existem características pré-determinadas para que o processo de governança seja efetivado” e, asseveram ser fundamental “definir em cada contexto quais características são realmente necessárias, quais são apenas ideais e quais são inviáveis”.

Sob essa ótica, quais desafios estão postos para serem ultrapassados? É possível um diálogo interestadual, intermunicipal, interinstitucional num contexto de políticas e de participação do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco que perpassam todos os níveis federativos? Entendemos que, para aqueles que não veem o rio, ser um ribeirinho está posto como condição objetiva tanto

Os ribeirinhos do Baixo São Francisco: outros sentidos de ser
 Maria Augusta Mundim Vargas

quanto são as adutoras para eles, pois estas garantem que o recurso água do rio São Francisco permaneça como fonte de abastecimento urbano e agrícola. Mas, para que as condições de abastecimento perdurem há que se estabelecer, minimamente, **os limites de uso**, isto é, o limite máximo de captação de água, expressões tão usadas e aplicadas em estudos de potenciais e vulnerabilidades desde a década de 1970, quando se iniciou uma discussão mundial sobre a crise ambiental.

Objetivamente, observa-se que, na última década, há para os ribeirinhos, sejam eles sergipanos ou alagoanos ou ainda “de dentro e de fora”, uma oferta diminuta de água, bem inferior ao limite mínimo de 1300 m³/s que o planejamento dos barramentos sinalizaram como vazão mínima. As margens do rio, pela figura 2, são testemunho. Por outro lado, há que considerar as previsões de ampliação da captação de suas águas com a crescente demanda do consumo urbano e a expectativa de construção, no lado sergipano, de mais um canal, o canal Xingó. Esse canal está projetado, portanto, num contexto de planejamento, desde a década de 1990 e, desde então, é recorrente sua possível concretização inserir-se em discursos e demandas políticas.

No início dos anos 2000, quando a prometida cheia artificial do último trecho do rio São Francisco completava sua primeira década de espera e, em um movimento contrário, sua vazão era paulatinamente diminuída⁸, apontávamos o cenário contraditório e o descompasso entre o espaço planejado para as várzeas e para as águas do rio com o desenvolvimento das comunidades ribeirinhas propalado como consequência do planejamento desse espaço. Óbvio que, tomado como espaço genérico, ressaltamos a desconsideração para com o pulsar orgânico dos habitantes do baixo São Francisco tanto quanto para as habilidades tradicionais

8 Pelo planejamento da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), a vazão mínima para a manutenção da “integridade” do rio São Francisco na usina de Xingó seria de 1300 m³/s, mas a vazão do rio alcançou parcos 550m³/s. Em 23/01/2019, a Chesf anunciou nos telejornais de Sergipe que aumentaria a vazão para 1100m³/s nos próximos dias. Segundo os ribeirinhos, “fazem isso todos os anos para a festa de Bom Jesus dos Navegantes” (SILVA; VARGAS, 2019). Assertivos ou não, em 05/02/2019, a Agência Nacional de Águas (ANA) acatando solicitação da Chesf autorizou a redução para 700m³/s.



Figura 2 – Áreas de areia correspondentes ao antigo leito do rio São Francisco em Sergipe, primeiro plano e Alagoas, ao fundo.

Fonte: C. B. Silva, 2019.

e o sentimento de pertencimento que resistem a sucessivas requalificações: “Mas, certo, o sentido do baixo São Francisco ainda está distante de ser coisificado” (VARGAS, 2003, p. 130).

Tais colocações são assumidamente postas há mais de uma década e, àquela época, eram coincidentes com as de outros tantos estudiosos que também discutiam o grande projeto de transposição para o Nordeste setentrional, bem como a periodização de cheias artificiais que garantiriam as condições socioambientais de reprodução do baixo curso do rio São Francisco, pois com a represa de Xingó, as grandes cheias ficaram definitivamente suspensas. A intenção aqui não é repetir, ao contrário, é nossa intenção lembrar, memorar, reavivar, relembrar, rememorar e evocar os encadeamentos da crise ambiental mundialmente exposta desde a década de 1970, tanto e quanto for necessário.

É comum nos depararmos com estudiosos que teimam em usar os verbos no passado ao se referirem à dominação

Os ribeirinhos do Baixo São Francisco: outros sentidos de ser
 Maria Augusta Mundim Vargas

da natureza, pela crença de que as tecnologias e os avanços do conhecimento foram e tenham sido capazes de suprir abusos no processo de dominação e, ainda, ampliar as benesses com melhores condições de vida. Por outro lado, em contraponto, é também cada vez mais comum o entendimento de que a crise ambiental, apreendida desde os anos 1970, não tenha sido superada por esse generalizado “racionalismo ambiental” (LEFF, 2001). Assim, permanecemos em busca da compreensão da “nova” natureza humana frente à natureza e, dialeticamente, frente a nós mesmos.

Nos idos de 1999, Bortolozzi e Perez Filho afirmaram que a modernidade não estava extinta devido à preponderância do racionalismo ambiental, abrindo caminho para eles discutirem cidadania e melhores qualidade de vida. Buscamos esses autores pelo fato de terem se inspirado em Milton Santos (1987) ao considerarem que o racionalismo provocou a (des) organização do espaço/territorial – tal como mostramos nos espaços/territórios do Baixo São Francisco pelas ações de “fora para dentro”, de “cima para baixo” –, de longe da realidade. Eles desenvolvem suas colocações afirmando que em consequência dá-se – e ocorreu no baixo São Francisco –, a degradação das paisagens concomitantemente à produção do “espaço-lugar do não cidadão” pois: “uma má gestão territorial provoca não só a degradação das paisagens naturais, mas principalmente, passa a ser um instrumento eficaz no processo de degradação humana quando divide o espaço em áreas de ricos e pobres” (BORTOLOZZI; PEREZ FILHO, 1999, p. 17).

Sobre o Baixo São Francisco – embora em referência a uma perspectiva mais ampla –, Monteiro ([1962]; 2013, p. 103), conclui: “são problemas que assentam suas bases no próprio homem, mercê de poderosos fatores de organização social, os quais se refletem sensivelmente na estrutura econômica”. Nesse contexto, emerge nossa

leitura em conformidade com a tipologia crítica elaborada por Denis Cosgrove (1998) ao apreender no espaço dos ribeirinhos uma paisagem “residual”, reveladora da falta de condições de desenvolver desafios frente às ações formadoras da paisagem “dominante”, impressa pelas bombas de captação, pelo assoreamento e pela emergência de lodo em decorrência dos barramentos, dentre outros. Sem novas perspectivas e alternativas de reprodução sociocultural, o Baixo São Francisco expõe uma paisagem residual por perder sucessivamente os elementos de seu significado original, tal como definiu o autor. O meio da pesca e do transporte se esvaem tanto quanto a imaterialidade de ser ribeirinho, das canoas de tolda, dos Negos D’Água e das festas.

Tratada de degradação ambiental humana pela imperiosa necessidade de se estabelecer alternativas e sem que se alterem as motivações econômicas e economicistas, certamente, mascara, esconde, camufla, disfarça, enfim, dissimula, pela aparência enganadora, a crise existencial que vivenciamos. Para Santos e Machado (2004, p. 81), “é uma crise da sociedade no ambiente, é uma crise de valores, de percepção”. Elas indagam se percebemos os recursos naturais – no nosso caso, a base física dos ribeirinhos incluindo, óbvio, o rio São Francisco –, como parte integrante da nossa vida ou “mercadoria para satisfazer nossas necessidades” (SANTOS; MACHADO, 2004, p. 81).

Salienta-se que, para Merleau-Ponty (1999), a percepção não é aquilo que acolhemos pelo olhar como forma de um conjunto pré-existente. A percepção somente tem sentido pela subjetividade viva do ser que percebe; “a percepção não é uma ciência do mundo, não é nem mesmo um ato sobre o qual todos os atos se destacam e ela é pressuposta por eles” (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 6). Embora entendamos que a ação do homem na natureza bem como a crise ambiental vêm sendo exaustivamente debatidas no campo metódico do conhecimento, acolhemos os fundamentos da fenomenologia

Os ribeirinhos do Baixo São Francisco: outros sentidos de ser
 Maria Augusta Mundim Vargas

existencial, que expõem o contraponto entre ter e ser, entre homem e natureza, para o entendimento das diversas crises nomeadas política, econômica, ética, ambiental etc., em sua síntese: uma crise existencial.

Pelo exposto, o sentido de ser ribeirinho – os de lá da beira do rio – é, portanto, apreendido pelas identidades construídas pela materialidade das práticas vivenciadas e herdadas com o rio, com o meio, com a paisagem ribeirinha. No entanto, a percepção de que o rio São Francisco pertence ao cotidiano de milhares de agricultores e famílias dá uma dimensão existencial para suas vivências. Essa percepção pode vir a ser acolhida pelos “usuários do recurso água” com a consciência de um olhar que vê e enxerga, para além de sua paisagem, o sentido de suas existências: é a subjetividade viva do ser que percebe!

Nancy Mangabeira Unger (2001, p. 43) coloca o conhecimento como conascimento, ou seja, é o “nascer com o Outro nessa mutualidade do ‘nós’ que fundamos em cada relação”. E, segundo ela, “esse ‘nós’ só se funda [...] quando assumimos que nossa vocação existencial não é a de subjugar as coisas, mas deixá-las se manifestarem enquanto tais, e não enquanto objetos cujo valor reside em como podem servir a algum objetivo humano” (UNGER, 2001, p. 43).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: ARREIMATE COMPLEMENTAR

Os encontros com o rio São Francisco ocorreram assim, nos caminhos de águas que fluem pelos comprometimentos de nossa vida para com o ensino, a pesquisa e a extensão universitária. Construimos este texto com auxílio de leituras, vivências e produções “sobre e com” a geografia do rio São Francisco, crédula de que consiste em mais uma produção no sentido de restabelecer correnteza e força do rio e, com elas, o reconhecimento dos ribeirinhos. Nossas colocações foram norteadas por inquietações e indagações de como trazer o sentido

de ser ribeirinho como um jogo de tabuleiro: ser ribeirinho para os ribeirinhos das adutoras, “os de dentro”, para perto dos ribeirinhos do São Francisco, “os de fora”; ou seria o contrário, os ribeirinhos das adutoras serem os “de fora” e os ribeirinhos do São Francisco serem os “de dentro”? Como reunir a todos “conosco” no comprometimento da convivialidade com o rio?

Pelos demonstrativos de vazão do rio São Francisco com quantidades inferiores à meta estabelecida, apontam-se situações de alerta para estudiosos e planejadores em que pesem: i) o não cumprimento da vazão mínima de 1300m³ põe em risco todo o Baixo São Francisco caso ocorra fenômeno climático extremo, com seca severa, incorrendo em maior grau de vulnerabilidade para o rio como curso d’água, para a qualidade de suas águas, para a piscosidade, enfim, para as atividades socioeconômicas praticadas com o rio; ii) a inexistência de documento oficial, em nível federal, da suspensão oficial de construção da barragem de Piranhas, a jusante da barragem de Xingó e, em nível dos estados de Alagoas e Sergipe, a inexistência de intenção de cancelamento oficial de projetos de captação de águas do rio São Francisco e de ampliação da malha de adutoras, o que sinaliza a continuidade da dependência de suas águas com aumento da população abastecida e ampliação da área irrigada; iii) a ameaça dos nascidos e residentes nas beiras do rio São Francisco pelo esgarçamento e até mesmo pela supressão de seu geossímbolo do sentido de ser ribeirinho e o desconhecimento (consciência) dos ribeirinhos das adutoras e das áreas irrigadas quanto à extrema dependência com relação à existência do rio para a manutenção do abastecimento com quantidade e qualidade de suas águas.

Pelos caminhos percorridos entre o conceito e o contexto do ser ribeirinho, encontramos três tipos que ora se singularizam ora se conectam. Encontramos os ribeirinhos que habitam as margens do

Os ribeirinhos do Baixo São Francisco: outros sentidos de ser
 Maria Augusta Mundim Vargas

rio São Francisco e se refazem como ribeirinhos; encontramos os ribeirinhos que guardam as margens do rio e suas práticas na memória e, distantes, encontramos aqueles que podem vir a se reconhecer como ribeirinhos caso atribuam valor ao rio São Francisco e, como consequência, à água que recebem em suas torneiras e irrigam suas terras.

A cada mudança de seu nível no baixo curso, dada pela ação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, amplia-se o espaço-lugar do não cidadão e as novas territorialidades ressignificam o cotidiano: vão-se remeiros e pescadores, calam-se os cantos de cheias, as histórias das mães d'água e mingam-se as procissões aquáticas; remodelam-se as orlas do rio com bares e o leito com a pesca em curais. A despeito da rasura de seu nível, multiplicam-se as captações. E, o ribeirinho permanece pertencente ao rio e como representação no Baixo São Francisco.

Muitas expressões culturais são registros do passado e outras se refazem em adaptações de manifestações que dão sentido ao pulsar da vida ribeirinha: vão-se ofícios, celebrações, práticas e saberes. A despeito das ressignificações, pela memória, o ribeirinho se faz pertencente como representação no baixo São Francisco.

Quando em algum ponto ocorre o rompimento das adutoras nas terras altas de Alagoas e Sergipe, dois sentimentos emergem tão súbitos quanto o fato de romper e quebrar o duto: o da abundância pela força e a pujança da água jorrando forte para o alto e se esparramando nas terras ao redor, e o da escassez imediata, isto é, a total ausência de água, até que os reparos sejam concluídos. Tomar o fato como um problema técnico ou como um acidente ambiental incide sobre a tomada de consciência do valor do rio São Francisco. Ora, a supressão das condições ambientais do rio para os ribeirinhos é tão drástica quanto a suspensão da água nas adutoras. Pela via do pertencimento

os ribeirinhos das adutoras conformam representação ribeirinha do Baixo São Francisco.


Ao deslocar a relação de dominação do homem-natureza para a relação do Eu com o Outro – os de dentro e de fora, de lá e de cá, que vimos tratando entre os ribeirinhos do rio e das adutoras; entre os ribeirinhos e os governos e as instituições que planejam seus espaços –, imputamos, além da subjetividade, nossa percepção de mundo, com a consciência de ser ou ter o mundo. A ressignificação do ser ribeirinho advém da consciência dessa relação, o que nos permite conhecer e apreender as intenções do outro – seja ele o vizinho, a família, as representações, as instituições públicas ou privadas etc. –, mas também avaliarmos o presente, o passado e projetarmos nosso devir traduzindo o que queremos e o que está para vir a ser o ribeirinho. Afinal, o rio São Francisco, como lugar e como fonte de água, é a base existencial dos de dentro e dos de fora.

Entendemos que a condição de ser ribeirinho pode e deve ser reivindicada pelo usuário da água como recurso que dá sentido à sua existência, tanto quanto o lugar à beira do rio São Francisco dá sentido à existência dos seus habitantes. A expressão ser-no-mundo de Heidegger (1995) atenta para a estreita relação entre o lugar e a identidade, dentre outros, pelo pertencimento ao lugar. Mas, igualmente, atenta para o conhecimento/conascimento de que a água é fornecida pelo rio e, por extensão, estreita laços identitários para com ele.

Neste estudo, buscamos apreender os sentidos que as falas carregam, as quais foram analisadas na seção “Quem vê, olha e enxerga o rio: qual rio?”. Reportamo-nos, pois, ao início do texto, com a concepção de filosofia de Merleau-Ponty (1999, p. 19), que a denomina como uma “experiência elucidada”, e lançamos, como provocação, sua afirmação de que “a verdadeira filosofia é reaprender

Os ribeirinhos do Baixo São Francisco: outros sentidos de ser
 Maria Augusta Mundim Vargas

a ver o mundo e, nesse sentido, uma história narrada pode significar o mundo com tanta 'profundidade' quanto um tratado de filosofia".

Que a narrativa e a assinatura sejam dos ribeirinhos, os de dentro e os de fora! 

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. G. de; VARGAS, M. A. M. **Sertão do baixo São Francisco sergipano: dimensão cultural**. Relatório. Programa de Estudos Interdisciplinares. Aracaju: Convênio Codevasf/UFS/Seplantec-SE. 1997, 124 p.

ALMEIDA, M. G. de; VARGAS, M. A. M. **Expressões culturais – Vale do São Francisco**: região de tabuleiros costeiros e pediplano sertanejo. Relatório. Programa de estudos interdisciplinares. Aracaju: convênio CODEVASF/UFS/SEPLANTEC/SE, 1999, 94 p.

ALMEIDA, M. G. de. Fronteiras, territórios e identidades. **Revista da ANPEGE**, ano 2, p. 103-114, 2005.

ALMEIDA, M. G. de. Uma leitura Etnogeográfica do Brasil sertanejo. In: SERPA, Angelo (Org.) **Espaços culturais: vivências, imaginações e representações** [online] Salvador: Edufs, 2008. p. 313-336.

ALMEIDA, M. G. de. **Geografia Cultural: um modo de ver**. Goiânia: Gráfica UFG, 2018.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Geografia Cultural – um século**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2002. p. 83-131.

BORTOLOZZI, A.; PEREZ FILHO, A. Crise ambiental da modernidade e a produção do espaço: lugar do não cidadão. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 76, p. 7-21, 1999.

BRAGHINI, C. R. Gestão territorial de Unidades de Conservação no litoral sergipano. 2016. **Tese** (Doutorado em Geografia). Programa de

Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE.

CASAL. Companhia de Aguas e Saneamento de Alagoas. **Indicadores de saneamento 2014**. Disponível em: <https://www.casal.al.gov.br/sistemascoletivos>. Acesso em 01 de fevereiro de 2019.

CHAGAS, I. **Eu sou o rio São Francisco**. Montes Claros: Unimontes, 2014.

CLAVAL, P. **A Geografia cultural**. Florianópolis: Ed. UFSC, 1999.

COSGROVE, D. A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens. In: CORREA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Ed. UERG, 1998. p. 93-122.

DESO. Companhia de Saneamento de Sergipe. **Indicadores de saneamento 2006-2015**. Disponível em: <https://bit.ly/2DUP6gH>. Acesso em: 01 fevereiro de 2019.

FONSECA, I. F. da; BURSZTYN, M. A banalização da sustentabilidade: reflexões sobre governança ambiental em escala local. **Soc. estado**. v. 24, n. 1, p. 17-46, 2009.

HAESBAERT, R. As armadilhas do território. In: SILVA: J. B. da; SILVA, N. M. da; DANTAS, E. C. (Orgs.). **Território: modo de pensar e usar**. Fortaleza: Ed. UFC, 2016. p. 19-42.

HALL, S. **A Identidade cultural na Pós-Modernidade**. 3ª ed. Rio de Janeiro: DP & A, 1999.

HEIDEGGER, M. **Ser e Tempo**. Trad. M. Cavalcante. 6ª Ed., Petrópolis, 1995. 2v.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. 1991: Migração, Sergipe; Alagoas, Rio de Janeiro: IBGE, 1997.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativa de população Sergipe e Alagoas 2018**. Disponível em: <https://bit.ly/2GUbcwW>. Acesso em: 01 fev. 2019.

Os ribeirinhos do Baixo São Francisco: outros sentidos de ser
 Maria Augusta Mundim Vargas

LEFF, E. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 3ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. Trad. Carlos Alberto Ribeiro Moura. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MONTEIRO, C. F. **Depoimento reflexivo**: sobre a produção de um geógrafo brasileiro da segunda metade do século XX. Arapiraca: Ed. Uneal, 2013.

PROJETO ÁRIDAS. **Macroeconomia do desenvolvimento do Nordeste**: os anos 1960-1994 e os cenários para as próximas décadas. v. 2. Brasília: Seplan, 1994.

RAFFESTIN, C. Uma concepção de território, territorialidade e paisagem. In: PEREIRA, S. R.; COSTA, B. P. da; SOUZA, E. B. de (Orgs.). **Teorias e práticas territoriais**: análises espaço-temporais. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 13-24.

RIBEIRO JUNIOR, C. E. Este é um lugar que não existe. In: COSTA, P. R. S. M.; AGUIAR NETTO, A. (Orgs.). **Lugares, potencialidades e resistências**: terra e povo no São Francisco. Aracaju: Ed. Criação, 2018. p. 67-96.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, V.L. de; MACHADO, L.M.C.P. A crise ambiental na sociedade atual: uma crise de percepção. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, n.2, p. 81-86, dez. 2004.

SAQUET, M. A.; CANDIOTTO, L. Z. P.; ALVES, A. F. Construindo uma percepção reticular e histórica para estudos territoriais. In: PERREIRA, S. R.; COSTA, B. P. da; SOUZA, E. C. de (Orgs.). **Teorias e práticas territoriais**: análises espaço-temporais. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 53-70.

SILVA, C. B.; VARGAS, M.A.M. **Os sentidos de ser ribeirinho**: notas de campo. São Cristóvão: PPGeo/ Universidade Federal de Sergipe, 2019.

SOUZA, A. F. de. **O tempo das águas**: ciclos de vida entre margens do rio São Francisco, a ilha das Pimentas-Pirapora/MG. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

TUAN, Y. F. **Espaço e Lugar**: perspectiva da experiência. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

TRIGUEIROS, E. **A língua e o folclore da bacia do São Francisco**. Rio de Janeiro: Campanha de defesa do folclore brasileiro, 1977.

UNGER, N. M. **Da foz à nascente**: o recado do rio. São Paulo: Cotez; Campinas: Unicamp, 2001.

VARGAS, M. A. M. O velho Chico, o imaginário político e o megaprojeto de transposição de suas águas. Aracaju: **Jornal da Cidade**. 14/12/1995.

VARGAS, M. A. M. Sustentabilidade cultural e as estratégias de desenvolvimento do baixo São Francisco. In: ALMEIDA, M. G. de; RATTS, A. JP. **Geografia: Leituras culturais**. Goiania: Alternativa, 2003. p. 113-132.

VARGAS, M. A. M. Vivências culturais com o rio São Francisco: certezas, entradas e caminhos. In: VARGAS, M. A. M.; SANTOS, D. L. dos (Orgs.). **Tempos e espaços da pesquisa qualitativa**. Aracaju: Ed. Criação, 2018. p. 19-44.

VARGAS, M. A. M; NEVES, P.C. da. **Inventário de cada um dos oito Territórios de Sergipe e elaboração de um Atlas da cultura sergipana**. Relatório. São Cristóvão: PPGeo/UFS; Aracaju: Seplanteq, 2009.

VIEIRA, T. C. M. **Quando o vazio do rio espelha o vazio existencial**: uma interpretação fenomenológica do sentido de ser ribeirinho. 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente), PRODEMA/ Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2004.

Submetido em Junho de 2019.

Revisado em Setembro de 2019.

Aceito em Outubro de 2019.